



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO -**



*Curso de Licenciatura em Pedagogia e Educação Profissional e Tecnológica na Modalidade a Distância*

## ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CURSO

Aos 26 dias do mês de outubro de dois mil e vinte e dois, às 20 horas e 04 minutos, reuniu-se a banca examinadora composta pelos docentes: **Gustavo de Oliveira Andrade** (orientador), **Jacilda de Siqueira Pinho** (membro), **Paulo Henrique Barbosa Silva** (membro), para examinar o Trabalho de Curso intitulado “**INCLUSÃO DE CRIANÇAS DE 4 A 6 ANOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NO ENSINO REGULAR**” do estudante **Deiver Sousa Neres**, Matrícula nº **2018205221353264** do Curso de **Licenciatura em Pedagogia e Educação Profissional e Tecnológica na Modalidade a Distância**. A palavra foi concedida a estudante para a apresentação oral do TCC, houve arguição da candidata pelos membros da banca examinadora. Após tal etapa, a banca examinadora decidiu pela **APROVAÇÃO** da estudante. Ao final da sessão pública de defesa foi lavrada a presente ata que segue assinada pelos membros da Banca Examinadora.

---

Gustavo de Oliveira Andrade  
Orientador/Presidente da Banca

---

Jacilda de Siqueira Pinho  
Membro

Documento assinado digitalmente



PAULO HENRIQUE BARBOSA SILVA  
Data: 04/11/2022 18:10:55-0300  
Verifique em <https://verificador.iti.br>

---

Paulo Henrique Barbosa Silva  
Membro

---

Deiver Sousa Neres  
Acadêmico

# TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO- CIENTÍFICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO

- Com base no disposto na Lei Federal no 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano a disponibilizar gratuitamente o documento em formato digital no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

## IDENTIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO TÉCNICO- CIENTÍFICA

Tese (doutorado) Dissertação  
(mestrado) Monografia  
(especialização)TCC (graduação)

Artigo científico  
Capítulo de livro  
Livro  
Trabalho apresentado em evento

Produto técnico e educacional - Tipo:

Nome completo do autor: DEIVER SOUSA NERES

Matrícula: 2018205221353264

Título do trabalho: INCLUSÃO DE CRIANÇAS DE 4 A 6 ANOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NO  
ENINO REGULAR

## RESTRIÇÕES DE ACESSO A DOCUMENTO

NÃO

Documento confidencial:  Não Sim, justifique:

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIF Goiano: 28 / 09 /2022.

O documento está sujeito a registro de patente? ( ) Sim (X) Não

O documento pode vir a ser publicado como livro? ( ) Sim (X) Não

## DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃOEXCLUSIVA

1 - GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA PELO INSTITUTO FEDERAL GOIANO - CAMPOS IPORÁ  
[deiver.neres@estudante.ifgoiano.cpm.br](mailto:deiver.neres@estudante.ifgoiano.cpm.br)

2- Atualmente é tutor a distância da Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado do RJ e professor no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de Ciência da Computação, com ênfase em Sistemas de Computação (Texto informado pelo autor)

Nome

Gustavo de Oliveira AndradeDados cadastrais validados junto a Receita Federal do Brasil

Nome em citações bibliográficas

ANDRADE, G. O.;DE OLIVEIRA ANDRADE, GUSTAVO;ANDRADE, GUSTAVO DE OLIVEIRA

Lattes iDO(a) referido(a) autor(a) declara:

Que o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;

Que obteve autorização de quaisquer materiais indusos no documento do qual não detém os direitos de autoria, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;

Que cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

Local Aragarças- Goiás

/ /2022  
Data

  
Assinatura do autor e/ou detentor dos direitos autorais

Assinatura do(a) orientador(a)



Ciente e de acordo: SIM

## INCLUSÃO DE CRIANÇAS DE 4 A 6 ANOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NO ENSINO REGULAR.

Deiver Sousa Neres<sup>1</sup>

Gustavo de Oliveira Andrade<sup>2</sup>

### RESUMO

A inclusão escolar vai muito além do pensar em “educação especial” é um campo de estudo dedicado ao cuidado e à educação de pessoas com deficiência. Muito mais em instituições de ensino geral ou ambientes privados. O objetivo maior deste artigo é discutir a inclusão de alunos com deficiência na Educação Infantil. Além disso, será aplicada uma pesquisa bibliográfica baseada nas ideias que tratam do assunto pois esse processo será fundamental para a concepção de resultados de à questão proposta. A escola deverá oferecer ao aluno os recursos diferenciados fundamentais ao seu aprendizado, como ajustamentos físicos do ambiente escolar, professores especialistas ou aceleração de conteúdo.

**Palavras-chave:** Crianças. Inclusão Escolar. Ensino Regular.

### ABSTRACT

School inclusion goes far beyond thinking about “special education”. It was created with the aim of recognizing the differences between students and valuing these characteristics through activities that favor the potential of each child. In this way, the paradigm that children with differentiated development need to attend special education is broken. The main objective of this article is to discuss the inclusion of students with disabilities in Early Childhood Education. In addition, a bibliographic research based on the ideas that deal with the subject will be applied, as this process will be fundamental for the conception of results of the proposed question. The school must offer the student the differentiated resources that are fundamental to their learning, such as physical adjustments to the school environment, specialist teachers or content acceleration.

**Keywords:** School inclusion. Regular education. Child aged 4 to 6 years.

## 1. INTRODUÇÃO

A inclusão escolar vai muito além do pensar em “educação especial” é um campo de estudo dedicado ao cuidado e à educação de pessoas com deficiência. Muito mais em instituições de ensino geral ou ambientes privados. Foi criada com o objetivo de identificar as distinções entre os estudantes e avaliar essas qualidades por meio de práticas que beneficiem o potencial de cada criança. Dessa forma, quebra-se o exemplo de que crianças com diferenças de evolução só necessitam de educação especial. Portanto

---

<sup>1</sup> Apresentar os dados de identificação da graduação do aluno e o e-mail. Ex.: Graduando do Curso de Administração da Católica de Vitória Centro Universitário. E-mail:

<sup>2</sup> Apresentar a graduação, a última titulação e a área de atuação do orientador, além de seu e-mail.

quando pensamos no processo educacional no Brasil, logo nos vem à cabeça a escola. E a escola é caracterizada por ser um espaço democrático e livre, voltado para o desenvolvimento de crianças, jovens e adultos.

Com isso na etapa da Educação Infantil que a criança tem o primeiro contato com outras crianças, será o início de novas formas de desafios e de aprendizagem, ali formará um lugar como sua segunda casa, será o ambiente onde ela deve aprender ser humana, solidária e acolhedora.

Pensando nas qualidades que a criança deve desenvolver em sua plenitude máxima, vamos iniciar um debate que por muitas vezes se mostra um assunto complicado e doloroso de abordar, que é o número de crianças com alguma necessidade especial que ingressa no ensino infantil, todos os anos nas escolas regulares de ensino em todo o Brasil.

Em 1996, o governo federal sancionou a lei de Diretrizes e Fundamentos da educação (LDB), nº 9.394. Assim foi criado e fica responsável para todas as escolas o atendimento aos estudantes com requisitos especiais.

Até a fundação dessa lei, tivemos um conceito de inclusão baseado na educação especial que se baseava no princípio de que crianças com diferentes desenvolvimentos de senso habitual frequentavam escolas diferentes. Foi aí que nasceram, por exemplo, a Associação de Pais e amigos Excepcionais (APAE) e outras instituições de atendimento a estudantes autistas.

O maior desafio de incluir alunos com deficiência no ensino regular é o preconceito, porque isso está presente na sociedade há anos, então essas crianças com deficiência não são aceitas pelas crianças normais, são tratadas com indiferença, e ponto final. Por atrapalhar seu progresso na escola.

Com todos os pontos, analisamos o qual mais motivou para escolher e falar sobre esse tema foi o quanto é difícil a aceitação de crianças portadoras de necessidades especiais em escolas com ensino regular, porque o preconceito ainda é muito presente nos dias atuais, muitas pessoas não dão moral para crianças, não querem acolher e não tem paciência para ensina-las com mais cuidado do que as outras crianças.

Diante disso, este trabalho tem como tema a Inclusão de Crianças de 4 a 6 anos com Necessidades Especiais no Ensino Regular, tendo em vista a análise do seguinte problema: Qual a importância da inclusão de crianças de 4 a 6 anos com deficiência no Ensino Regular?

Neste contexto, o principal objetivo deste artigo é discutir a inclusão de alunos com deficiência na Educação Infantil. A inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais tornou-se foco de controvérsias no ambiente escolar, pois nem todas as pessoas envolvidas na educação infantil estão preparadas para implementar a inclusão propriamente declarada.

Quanto a natureza do trabalho, ela é básica, pois se concerne a temas que visam elevar-se o suporte de compreensão científica. É uma investigação que focará em hipóteses para um melhor progresso do trabalho.

Para realizar esta pesquisa pautamos – nos nas leituras de artigos científicos, normas técnicas e as leis que as regem as discussões sobre educação inclusiva, ou seja, a abordagem do trabalho será qualitativa, analisando os dados e informes obtidos, para saber se estão sendo eficientes e eficazes no que se propõem.

Além disso, será aplicada uma pesquisa bibliográfica baseada nos conceitos que tratam do assunto pois esse processo será fundamental para a concepção de resultados ao problema proposto. A exploração bibliográfica é uma habilidade principal no nível universitário, pois é o primeiro movimento para todas as práticas estudantil, pois não realizamos testes nem utilizamos um interrogatório, mas fornecemos uma visão geral do que já foi redigido sobre o tema selecionado

Sendo assim, os procedimentos utilizados serão análise e observação de documentos legais normas técnicas ou regulamentos, ou da verificação de recursos como livros, relatórios, revistas, sites e também uma pesquisa e revisão bibliográfica de autores que tratam sobre políticas públicas e as contribuições dela para a educação inclusiva.

Posto isso, entende-se como, adotaremos como método de abordagem de método dedutivo, que permitirá visualizar os marcos importantes do trabalho em conjunto dos pais e a escola tendo em vista que esta parte de teorias e leis mais gerais tais como Constituição Federal (1988) e Estatuto da Criança e Adolescente (ECA, 1990) para a ocorrência de fenômenos particulares. Como método de procedimento, acredita-se que o método comparativo é o mais adequado, para que haja comparação e buscam novas doutrinas, explicando-se segundo suas semelhanças e suas diferenças.

Como autores fundamentais para realização dessa pesquisa foram utilizados. Drago (2011), Kassar (2011), LDB (1996), Biaggio (2007), Carvalho (2004), Boccato (2006), Carneiro (2012), Veiga 2002, Coll (2004), Mantoan (1998), Minayo (2014),

Silveira e Córdova (2009), Goldenberg (1997), Yin (2001), Vergara (2000), Gil (2002), Marconi e Lakatos (2007), Gil (1999), Diniz e Silva, (2008).

Por conseguinte, para a construção deste artigo optou-se por definir o tema inclusão; compreender o processo de inserção de alunos; identificar e analisar os desafios da integração na Educação Infantil a partir de outros trabalhos já realizados; descrever as mudanças necessárias na escola para que a inclusão se estabeleça.

Após a criação da lei nº 9.394, esse processo de inclusão escolar passou a ser realizada ainda na Educação Infantil e foi e ainda é considerado um avanço grande para os pais e crianças com alguma deficiência e ao mesmo tempo, se tornam um desafio grande para a escola e para os professores que muitas vezes não recebem a devida formação.

Diante disso, este artigo se justifica pela importância da inclusão de crianças de 4 a 6 anos portadoras de necessidades especiais no ensino regular, com vistas a discutir as principais importâncias e se essas estão sendo eficientes e eficazes no que se propõem.

## **2. O PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR PARA CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NO BRASIL: DA SEGREGAÇÃO AO PROCESSO DE INCLUSÃO**

De acordo com (CARNEIRO,2012) o processo de inclusão no Brasil é relativamente novo, pois essas pessoas com necessidades especiais eram segregadas até o final do século XX e início do século XXI passaram a serem inseridas em escolas regulares.

Nesse sentido, definimos educação inclusiva como um movimento que ocorre em todo o mundo e que considera a integração de estudantes com carências educativas fundamentais em sala de aula, com o objetivo de que cada criança possa vivenciar mesmas experiências e situações de aprendizado estudantes da educação regular.

A escola e a classe especial, destinadas à educação do deficiente tinham como meta a normalização do sujeito de forma que seja o mais similar possível às disciplinas comuns, para depois as integrar na vida comum, nesta ocorrência a escola comum. Esse objetivo, além de negar a condição da discordância e constituir parâmetros homogêneos

de exploração, como se isso fosse provável, explorou a função da instituição. (CARNEIRO,2012).

Foi através de muitas lutas e discussões que as crianças com necessidades especiais foram inseridas na LDBN, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 que diz:

No âmbito da educação, a legislação em vigor aponta para a inclusão escolar de crianças desde a primeira etapa da educação básica, ao preconizar, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), artigo 29, Seção II, que a educação especial, modalidade de educação escolar oferecida para educandos com necessidades especiais, incluindo os deficientes, deve ser oferecida durante a Educação Infantil, que tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL,1996, p 11)

Desde o início e principalmente nos dias atuais, essa lei encara um grande desafio que é: como incluir essas crianças que sempre foram segregadas? Temos que entender que essas crianças, desde os primeiros anos da vida escolar, possuem os mesmos direitos das crianças ditas “normais” que não há uma necessidade especial e não precisam de um suporte como auxílio e elas, além da necessidade de ser inseridas no ambiente escolar têm o direito de construir conhecimentos básicos que as ajudarão a viver em sociedade e Veiga (2002), destaca que:

A educação infantil deve estar voltada para os princípios da inclusão, garantindo à criança, desde o início de sua escolarização, as condições básicas para seu ingresso e percurso na educação. Os objetivos da educação especial de assegurar a inclusão do aluno com necessidades especiais em programas oferecidos pela escola, favorecendo o desenvolvimento de competências, atitudes e habilidades necessárias ao pleno exercício da cidadania devem ser perseguidos pela educação infantil. Só assim será possível a inclusão de crianças deficientes desde a primeira etapa da educação escolar (VEIGA,2022, P.12)

Além, um outro desafio é fazer com que essas crianças permaneçam nas escolas regulares. Para tal, as escolas devem saber adaptar seu currículo e seu espaço para receber essas crianças:

Para Álvaro Marcheis, as escolas devem ser de qualidade para todos os alunos, o fundamento ideológico das escolas inclusivas não procede principalmente de certas vantagens para os alunos com deficiências, e nem de uma reforma da educação especial. Sua base norteia-se na declaração universal dos direitos humanos: os poderes públicos têm a obrigação de garantir um ensino não



segregado e que se prolongue posteriormente na integração à sociedade, a todos os alunos, sejam quais forem suas condições físicas, sociais ou culturais (COLL,2004, p.11).

Para Mantoan (1998), não podemos focar na deficiência que a criança possui, mas sim em suas potencialidades por mínimas que sejam. Ou seja, precisamos olhar para a criança com necessidades especiais como alguém que tem muito potencial a ser desenvolvido.

Esse longo processo de inclusão, necessita de uma reflexão grande e um movimento que busque uma sociedade mais justa e igualitária, esta é uma das ideias de Maria Teresa Mantoan (1998), quando afirma que:

A inclusão concilia-se com uma educação para todos e com um ensino especializado no aluno, mas não se consegue implantar uma opção de inserção tão revolucionária sem enfrentar um desafio ainda maior: o que recai sobre o fator humano. (MANTOAN, 1998, p.10).

Sob essa perspectiva, de acordo com (CARNEIRO 2012), as escolas regulares que vão fortalecer bem mais quando entender que devem ofertar uma educação de qualidade e que ainda contemplem todos os estudantes alunos tendo necessidades especiais ou não.

Portanto, devemos entender também que a responsabilidade de inserir e fazer com que a criança se desenvolva é de todos nós e combater o preconceito e a discriminação não deve ser uma tarefa direcionada somente para a escola, pois de um lado temos as leis que amparam essas crianças e do outro temos uma sociedade que tem muito a aprender com essas diferenças.

### **3. DESAFIOS NA INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

A formação inicial é uma etapa pedagógica que conquistou seu lugar ao longo dos anos, incorporando a educação básica desde a constituição de 1988 até adquirir realce por meio da lei de Diretrizes e bases (LDB n. 9.394/1996) enfrenta, portanto, grandes problemas um deles relacionado ao ingresso de crianças especiais nas classes gerais.

Por se falar de uma etapa significativa na evolução mental da criança a educação infantil identifica algumas carências que dificultam o procedimento de aprendizado da

criança são rotuladas como 'normais' ou constituem necessidades especiais, conforme já mencionado (VYGOTSKY, 1998). A aprendizagem não é uma evolução em si, mas uma correta associação da aprendizagem que dirige a criança à exploração cognitiva, pois ativa todo um conjunto de procedimentos evolutivos e está ativação não poder ocorrer sem o aprendizado.

Sabemos que algumas dessas questões dependem da implantação de políticas públicas e de disponibilidade nos colégios particulares. Por outro lado, deve-se prever que a gestão escolar tem uma função significativa para que essa inclusão ocorra, pois segundo (HINES, 2008), a representação da gestão é essencial para o sucesso na mudança de uma escola no a visão inclusiva de pontos.

Nesse caso, é por meio da ação do diretor que serão articulados planos para aliviar o serviço dos profissionais da educação imaginando na questão da formação tão polêmica entre os educacionistas, que se tornou um verdadeiro impasse nesse procedimento de inclusão, pois como bem como na articulação com os pais e todo o grupo escolar para os sensibilizar para a temática da inclusão.

E assim no momento que dirigimos à inclusão na Educação Infantil, o assunto fica mais difícil, pois muitas crianças que chegam à educação infantil e é portadora de alguma necessidade especial não contem algum parecer, ou seja, um diagnóstico que comprove. Contudo, cabe à escola promover essa inclusão, buscando estabelecer estratégias que facilitem o processo de aprendizagem, pois:

A inclusão é um desafio, que ao ser devidamente enfrentado pela escola comum, provoca a melhoria na qualidade da educação básica e superior, pois para que os alunos com e em deficiência possam exercer o direito à educação em sua plenitude, é indispensável que essa escola aprimore suas práticas, a fim de atender as diferenças. (MONTAAN, 2007, p. 45)

Portanto é importante que cada professor esteja sempre habituado a essa questão e levar em consideração que em alguma classe vai haver alunos com características assim e não ficar esperando por diagnóstico para começar a educar o aluno.

É importante frisar que o que levam as experiências desenvolvidas por práticas pedagógicas são as habilidades das crianças que surgem com cada situação que possa auxiliar as crianças e assim construir seus conhecimentos. De acordo com Viana (2002, p. 56), “a criança ao contrário do que era considerado no passado, mostra-se como um ser que pensa, tem sentimentos e emoções e, portanto, é participante ativo do mundo”. Com

isso, a escola e comunidade escolar, precisam estimular a criança dentro deste processo de aprendizagem, respeitando suas diferenças pois:

Aprendemos a pensar com o outro aprendemos a ler construindo hipóteses na interação com o outro. Aprendemos a escrever organizando nossas hipóteses no confronto com as hipóteses do outro... A ação, interação e troca, movem o processo de aprendizagem. (FREIRE, 1997, p. 7).

O professor precisa se aprofundar mais em artigos e palestras de autores que tratam de práticas pedagógicas afim de promover a inclusão, com a evidência do que promove a educação inclusiva são questionamentos, erros e acertos, visando que os mesmos estão sempre em processo de formação.

Observa-se que ainda é preciso prosseguir muito no procedimento de integração da educação infantil ao ensino fundamental. Os obstáculos relevantes incluem a falta de materiais, disponibilidade, falta de educadores, falta de capacitação, ou seja, a escola é o lugar da formação as estratégias aparecem na rotina escolar. Mas ao fazê-lo. Também necessitamos desconstruir algumas intenções, como dizem Ferreira e Guimarães (2003, p. 27):

Os efeitos causados pela visão equivocada sobre pessoas com deficiência levam ao desconhecimento de suas potencialidades, o que acaba por continuar reforçando a crença sobre sua suposta incapacidade. Esse quadro só poderá ser alterado a partir do momento em que a condição de deficiência se modificar, tomando em consideração também as potencialidades, e não apenas os defeitos e as limitações das pessoas. (FERREIRA E GUIMARÃES ,2003, p. 27).

Contudo devemos enfrentar os desafios, procurando sempre melhor o processo de inclusão e assim apresentar, através das práticas pedagógicas, experiências significativas que podem, mesmo que timidamente, promover o avanço da inclusão.

#### **4. UMA ESCOLA DE QUALIDADE PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

A escola inclusiva com igualdade é um desafio que nos cerca e neles são presentes alguns aspectos, que fazem parte do setor pedagógico até o administrativo, ou seja, as escolas regulares têm o dever de oferecer vagas e matricular todos os alunos e tem que haver disciplina para atender com igualdade os alunos portadores de necessidades especiais para garantir condições necessárias para sua permanência e aprendizagem.

Por educação especial, modalidade da educação escolar entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais e especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentem necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica (BRASIL- MEC/SEESP, 2001, p. 1)

A política que faz parte da inclusão de estudantes portadores de necessidades especiais, no ensino regular, afirma que não é apenas na permanência física que tem que haver o respeito como também a ousadia de rever concepções e paradigmas para desenvolver a capacidade dessas pessoas, bem como o respeito nas diferenças e nos atendimentos às necessidades.

É importante ressaltar que as diferenças entre os educandos precisam ser respeitadas e respeitadas. Porém, a tarefa da escola é definir as práticas e as relações com o envolvimento de estudantes, servidores, professores e gestores, para possibilitar lugares inclusivos, de disponibilidade, para que todos disponham fazer parte de um todo, ou seja, que todas as práticas nunca não fornecem aos alunos necessidades de experiências especiais.

Os alunos com motivações educativas fundamentais devem ser visitados nas classes gerais do ensino regular, em qualquer ano ou disciplina do ensino primário. Em concordância com o Art. 4º da resolução CNE / CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001, a educação especial deve levar em consideração a situação peculiar, o perfil do aluno as qualidades biopsicossociais e a faixa etária com base em começos éticos, políticos e estéticos, Fornecer:

I - a dignidade humana e a observância do direito de cada aluno de realizar seus projetos de estudo, de trabalho e de inserção na vida social; II - a busca da identidade própria de cada educando, o reconhecimento e a valorização das suas diferenças e potencialidades, bem como de suas necessidades educacionais especiais no processo de ensino e aprendizagem, como base para a constituição e ampliação de valores, atitudes, conhecimentos, habilidades e competências; III - o desenvolvimento para o exercício da cidadania, da capacidade de participação social, política e econômica e sua ampliação, mediante o cumprimento de seus deveres e o usufruto de seus direitos (BRASIL- MEC/SEESP, 2001, p. 1).

O trabalho com a educação inclusiva nas unidades Escolares deve ser direcionado a partir da sua circunstância real, observando as condições em que a escola acolhe os alunos com necessidades especiais e como ela garante o aprendizado permitindo a união entre o ensino regular e o ensino especial.

É dever da escola admitir estudantes com deficiência e fazer as modificações necessários para garantir o seu direito à educação. Um grande interesse que deve estar presente no ambiente escolar é proporcionar aos seus educadores formação básica e formação avançada para lidar com esses estudantes, bem como as personalizações e dispositivos essenciais para sua aprendizagem, ou seja, as reuniões entre educadores e alunos. Facilitadores educacionais que promovem a mudança de testes e aprendizagem.

Uma das hipóteses de ser uma escola de característica é flexibilizar esse programa para que promova o aprendizado de alunos com deficiência, pois esse também é função e obrigação da escola e de todos os seus professores.

Com isso, a escola deve entregar ao estudante os meios essenciais para sua aprendizagem, como personalizações físicas do ambiente escolar, educadores especializados ou aceleração de capacidade.

## **METODOLOGIA**

Para a realização deste estudo, será utilizada como abordagem a pesquisa qualitativa, pois esta analisa os conceitos ideias, ou seja, como prática de pesquisa não é uma sugestão organizada. Permite que a imaginação e a criatividade estimulam os pesquisadores a submeterem artigos que pesquisarem novas abordagens.

Além disso, será aplicada uma pesquisa bibliográfica baseada nos conceitos que tratam do assunto pois esse processo será fundamental para a concepção de resultados ao problema proposto. A exploração bibliográfica é uma habilidade principal no nível universitário, pois é o primeiro movimento para todas as práticas estudantil, pois não realizamos testes nem utilizamos um interrogatório, mas fornecemos uma visão geral do que já foi redigido sobre o tema selecionado.

A pesquisa bibliográfica é habilidade fundamental nos cursos de graduação, uma vez que constitui o primeiro passo para todas as atividades acadêmicas. Uma pesquisa de laboratório ou de campo implica, necessariamente, a pesquisa bibliográfica preliminar. Seminários, painéis, debates, resumos críticos, monográficas não dispensam a pesquisa bibliográfica. Ela é obrigatória nas

pesquisas exploratórias, na delimitação do tema de um trabalho ou pesquisa, no desenvolvimento do assunto, nas citações, na apresentação das conclusões. Portanto, se é verdade que nem todos os alunos realizarão pesquisas de laboratório ou de campo, não é menos verdadeiro que todos, sem exceção, para elaborar os diversos trabalhos solicitados, deverão empreender pesquisas bibliográficas (ANDRADE, 2010, p. 25).

A pesquisa bibliográfica será realizada através *Google academic*, Oasis e Scielo.

O problema de pesquisa qual a importância da inclusão de crianças de 4 a 6 anos com deficiência no Ensino Regular? Será respondido conforme os objetivos específicos e através de doutrinas e artigos científicos baseados no tema desse artigo.

Os procedimentos utilizados serão: análise e observação de documentos legais, normas técnicas ou regulamentos, ou por meio da verificação de recursos como livros, relatórios, revistas, sites e também uma pesquisa e revisão bibliográfica de autores que tratam sobre políticas públicas e as contribuições dela para a educação.

Destarte, o método de abordagem será utilizado o método dedutivo, pois é importante para compreender os marcos históricos e tem como objetivo visualizar os marcos importantes do trabalho em conjunto dos pais e a escola, tendo em vista esta parte de teorias e leis mais gerais (Constituição Federal, Estatuto da Criança e Adolescente, LDB) para a ocorrência de fenômenos particulares. Como método de procedimento, acredita-se que o método comparativo é o mais adequado, por comparar e buscar novos fatos, explicando-se segundo suas semelhanças e suas diferenças.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Diante do exposto é visível que em muitos casos as crianças em sala de aula apresentam algum problema ao se relacionar com as outras, retirar seja pela falta de aproximação dos demais colegas ou até mesmo a falta de conhecimento sobre as necessidades especiais que essas crianças têm, muitas vezes por serem diferentes são deixados de lado e não conseguem interagir com os demais colegas com os demais colegas.

Diante dessa condição, os estudantes em inclusão trespassam a maior parte do tempo sem intervir das práticas, contentando-se em observar como se não realizassem parte do ambiente ficando irritados, agressivos e recusando-se a ficar nas aulas. A (LDB,

1996) constitui o direito à educação para todos e a organização FEDERAL (1988) em seu art. 206 salienta os princípios bastante democráticos, cujo significado é orientar a educação em condições de igualdade não só de admitância, mas também de continuidade na escola e liberdade de estudar e educar.

Em conformidade com a lei, todos têm direito a uma educação de atributo, mas os estudantes da inclusão, ao invés de se sentir iguais, se isolam pela falta de integração educativa, afetiva e social com os demais estudantes.

É sabido que o que acontece com esses estudantes é completamente contraposto ao que ele declara (SASSAKI, 1997), pois o autor uma educação envolvida com a cidadania com a formação de uma sociedade democrática e não eliminatório, deve proporcionar a convivência com diferença, visto que é uma característica da vida social brasileira e para isso a escola deve ser inclusiva, visando uma educação envolvida com todos os cidadãos visando a fortificação de uma organização democrática, justa e solidária.

A análise das dificuldades de aprendizado associadas à leitura e à escrita requer o uso em sala de aula de práticas que desenvolviam a escrita jogos que desenvolviam a criatividade e a imaginação e livros que auxiliam a leitura.

No entanto, olhamos que quando os alunos são ocasionados a obter em um ritmo cooperativo, eles reintegram com seus colegas e todos se envolvem no procedimento de aprendizado.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esse trabalho buscou compreender o processo de inclusão escolar de crianças com necessidades especiais, na faixa etária dos 4 aos 6 anos com deficiência no ensino regular, o processo de inclusão escolar é considerado um grande avanço tanto para os pais quanto para as crianças com necessidades especiais e se tornou um desafio grande para as escolas e para os educadores que por várias vezes não recebem a devida formação.

Afim de atingir a compreensão acerca da inclusão de alunos com deficiência na Educação Infantil, definiu-se 4 objetivos específicos: Definir o tema inclusão; compreender o processo de inclusão de alunos; identificar e analisar os desafios da

inclusão na Educação Infantil a partir de outros trabalhos já realizados e descrever as mudanças necessárias na escola para que a inclusão se estabeleça.

Com isso a hipótese do trabalho está no momento que falar sobre porque é uma coisa que vem presente na sociedade de muitos anos, então para aceitar essas crianças com deficiência as crianças normais não aceitam, tratam com indiferença e isso acaba atrapalhando no desenvolvimento escolar das mesmas.

Sendo assim, a problemática discutida foi qual a importância da inclusão de crianças de 4 a 6 anos com deficiência no Ensino Regular? As escolas que efetivamente promovem a inclusão de crianças com deficiência não apenas lhes proporcionam a oportunidade de acesso a conteúdo curriculares e de socialização, mas, dependendo do nível de participação, podem também contribuir para o seu desenvolvimento como autônomo.

Em pesquisas futuras fica viável aos professores dispor mais materiais, dinâmicas e conteúdo que possam fazer com que haja a interação das crianças de ensino regular com as crianças com necessidades especiais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

BIAGGIO, R. de. **A inclusão de crianças com deficiência cresce e muda a prática das creches e pré-escolas**. *Revista Criança*, Brasília, n.44, nov.2007.

BOCCATO, V. R. C. **Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação**. *Rev. Odontol. Univ. São Paulo*, v. 18, 2006.

BORGES, M. F. S. T. (org.). **A práxis na formação de educadores infantis**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 56.

BRASIL. MEC. **Declaração de Salamanca**. Brasília, 1994.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

CARNEIRO, R. U. C. **Educação Inclusiva na Educação Infantil**. Dossiê Temático, Vitória da Conquista, v.8, n.12, p. 81-95, Jan/jun. 2012.



CARVALHO, R. E. **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

COLL, C; MARCHESI, Á.; PALACIOS, J. **Desenvolvimento psicológico e educação**. 2 eds. Porto Alegre: 2004.

CÓRDOVA, F. P. (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

CUNHA, E. **Práticas pedagógicas para a inclusão e diversidade: Eugênio – 5 eds.** – Rio de Janeiro: Wake Editora, 2015.

CURY, C. R. J. **Políticas Inclusivas e Compensatória na Educação Básica**. Fundação Carlos Chagas, Cadernos de Pesquisa. v.35, n.124, jan. /abr. 2005.

DRAGO, R. *Uma fresta na janela: A educação inclusiva*. In: **Inclusão na educação infantil**. Rio de Janeiro, Wake Editora, 2011.

DINIZ, C. R., SILVA, I. **Bispos de métodos e sua aplicação**. Campina Grande; Natal: UEPB/UFRN - EDUEP, 2008.

FERREIRA, M. E. C.; GUIMARÃES, M. **Educação inclusiva**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FREIRE, M. et al. **Grupo, indivíduo, saber e parceria: malhas do conhecimento**. São Paulo: Espaço pedagógico, 1997.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOLDENBERG, M. *A arte de pesquisar*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

HINE, J. T. **Making collaboration work in inclusive. hang school classrooms: recommendations for principals**. *Interventivo in sol and clínica*, v. 43, n. 5, p. 277-282, 2008.

KASSAR, M. de C. M. **Educação especial no Brasil: desigualdades e desafios no reconhecimento da diversidade**. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 33, n. 120, jul.-set. 2012.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo. Editora Moderna. 2003.

MANTOAN, M. T. E. **A Educação especial no Brasil: da exclusão à inclusão escolar**. Disponível em: Acesso em: 23 de janeiro de 2022.

MANTOAN, M. T. É. **Revista Pátio**, Ano II, nº 5, maio/Julho, 1998, p. 49-51, Ed. Abril, SP.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**. 6º ed. São Paulo: Editora Atlas, 2007, p.1.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 16º. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **A inclusão de crianças com deficiência na educação infantil**. Ministério da Educação, novembro de 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/revista44.pdf> . Acesso em: 01 set. 2021.

\_\_\_\_\_. **RESOLUÇÃO Nº 2, de 11 de setembro de 2001**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: CNE/CEB, 2001.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. A pesquisa científica. In: SILVEIRA, Denise Tolo;

VEIGA, M. M. **A inclusão de crianças deficientes na Educação Infantil**. Paidéia, Belo Horizonte, n. 4, p. 169-195, jun. 2008.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3.ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2000.

VIANA, J. M. **Educação e cidadania começam na infância**. IN: SOUSA, R. C. de.;

VYGOTSKY, L. S. **Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar**. In:

\_\_\_\_\_. L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEF, A. N. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. Trad.: Maria da Penha Villa lobos. 6ª ed. São Paulo: Ícone, 1998.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2.ed. Porto Alegre: Goodman, 2001, pág. 32.